



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

## **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Aline de Carvalho Moura – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Jonatan Fernando da Silva Reis - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Stephanie Xavier Sathler de Souza- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Andreia Gomes da Cruz- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Luciane da Silva Nascimento – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Igor Andrade da Costa - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

### **RESUMO**

Esse painel busca apresentar o debate sobre o trabalho docente na Educação Superior, pensando o movimento de precarização no contexto neoliberal brasileiro. As discussões apresentadas partem de algumas experiências investigativas que problematizam as influências das articulações dos interesses do Estado e suas políticas institucionais para a condição do trabalho docente. Os trabalhos que compõem este painel articulam-se com pontos de partidas diferentes para apresentarem reflexões comuns sobre as questões relacionadas à precarização do trabalho docente na Educação Superior e a forma como esse debate vem sendo tratado nas pesquisas em educação. Nesse sentido, o primeiro trabalho objetiva identificar quais são os debates teórico-metodológicos apresentados nas pesquisas publicadas no campo da educação sobre o trabalho docente na Educação Superior e suas reflexões para pensar as políticas institucionais. No que se refere ao segundo trabalho, as autoras apresentam uma pesquisa sobre as percepções dos professores sobre a precarização do trabalho na Educação Superior privada durante a pandemia de COVID-19, analisando o movimento de intensificação do trabalho e os desafios enfrentados pelos professores durante o isolamento social. O terceiro trabalho analisa os impactos da dinâmica do capital financeiro sobre a precarização do trabalho docente no Ensino Superior brasileiro, apontando as transformações neste segmento educacional a partir da valorização do capital em sua etapa financeirizada. Por fim, a articulação destes três estudos permite refletir sobre a necessidade de pensar a ressignificação do papel docente em um contexto de intensificação e precarização do trabalho que vem modificando a própria organização da Educação Superior brasileira.

**Palavras-chave:** Trabalho docente, Educação Superior, Precarização do trabalho.

## **O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O LUGAR DO DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO NAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS EM EDUCAÇÃO**

Aline de Carvalho Moura – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Jonatan Fernando da Silva Reis - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

### **RESUMO**

Como recorte de uma pesquisa maior, este trabalho tem como objeto de análise o trabalho docente na Educação Superior. A pesquisa que deu origem a esse trabalho partiu de um Projeto de Iniciação Científica, que teve como objetivo analisar a produção bibliográfica *Qualis* A1 publicada no quadriênio 2013-2016, por docentes, discentes e egressos dos Programas de Pós-Graduação em Educação nota 7, a partir da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Considerando as necessidades dos estudos atuais em um novo estágio investigativo para os trabalhos de Grupo de Pesquisa, pensando as articulações entre o trabalho docente e a precarização do trabalho em diferentes níveis de ensino, resolvemos trabalhar, a partir das diferentes temáticas identificadas na pesquisa maior, nas publicações com foco no trabalho docente, especificamente voltado ao Ensino Superior, uma vez que esse segmento de ensino trata de processos formativos de cunho profissional. O atual trabalho apresenta como objetivo identificar quais são os debates teórico-metodológicos apresentados nas pesquisas publicadas no quadriênio 2013-2016 sobre o trabalho docente na Educação Superior. Com base em uma perspectiva histórico-social de análise, encontramos debates pouco articulados entre a preocupação com o trabalho docente na Educação Superior e o processo de precarização. Além disso, chama a atenção o fato dos debates teórico-metodológicos sobre uma temática tão importante para a conjuntura educacional se resumirem a processos descritivos dos procedimentos de pesquisa, sem um cuidado teórico mais pontual.

**Palavras-chave:** Trabalho docente, Educação Superior, Debate teórico-metodológico.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta um recorte de pesquisa maior desenvolvida a partir de um Projeto de Iniciação Científica. A investigação inicial teve como objetivo analisar a produção bibliográfica nos artigos publicados no quadriênio 2013-2016, a partir da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), referente a esse período. Concentramos o debate nos objetos e temas de investigação e descrições metodológicas e procedimentos de pesquisa. Além do recorte temporal referente ao quadriênio 2013-2016, foram analisadas apenas as produções bibliográficas publicadas por docentes, discentes e egressos dos Programas de Pós-Graduação

em Educação (PPGE) nota 7, Programas estes também avaliados pela CAPES, através das publicações *Qualis A1* nacionais e com foco no campo da educação.

Com base na delimitação de PPGE com nota 7, foram identificados PPGEs em educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), todas identificadas através do acesso à Plataforma Sucupira. O caminho empreendido para o levantamento dos Programas foi a busca por ‘Cursos avaliados e reconhecidos’ e, em seguida, por ‘Busca avançada’, preenchendo-se os campos ‘Área de Avaliação’ com a opção ‘Educação’ e o campo ‘Nota do Programa’ com a opção ‘7’.

Em um segundo momento de busca e levantamento dos artigos publicados, em periódicos *Qualis A1*, nessas instituições no período em questão, foram encontrados, em um primeiro momento, 235 artigos; no entanto, 12 artigos foram excluídos durante o período de análise inicial, uma vez que tratavam de artigos publicados em anais de eventos e/ou tratavam de apresentação de dossiês. Nesse sentido, restaram para análise da pesquisa maior 223 artigos.

O trabalho com esse quantitativo de material proporcionou uma riqueza de debates, não só vinculados aos objetos/temas de pesquisa ou descrições metodológicas e de procedimentos de investigação, mas promoveram debates específicos sobre a subárea de pesquisa de cada pesquisador envolvido com a pesquisa, em especial pensando os debates em cada segmento do campo educacional, desde a Educação Infantil até a Educação Superior. A partir desse material bibliográfico, foi possível destacar algumas questões fundamentais para pensar a prática da pesquisa em educação com base nos elementos que compõem o trabalho acadêmico-científico e quais os debates que vêm sendo realizados para pensar a educação, sua complexidade e vastidão temática.

A partir das temáticas e dos debates metodológicos e teóricos identificados e discutidos, um elemento chamou atenção devido à organização e à apresentação nos artigos científicos: a parte referente ao debate teórico-metodológico das pesquisas. Com base em uma perspectiva histórico-social de análise e do trabalho a partir de uma abordagem materialista histórico-dialética, compreendemos as questões teórico-metodológicas na construção da pesquisa como um elemento fundamental do trabalho científico e que não deve constar nas investigações como acessório no desenvolvimento da mesma, mas como um elemento indispensável para a produção de conhecimento em educação.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Nessa pesquisa maior, identificamos diversos objetos/temas. No entanto, considerando o atual momento de discussão do Grupo de Pesquisa e das atuais pesquisas desenvolvidas, nos propomos a investigar, nesta escrita, como um recorte de pesquisa, apenas as publicações referentes ao debate sobre o trabalho docente na Educação Superior. Essa escolha se justifica, pois vimos discutindo o processo de precarização do trabalho do professor no contexto atual em suas diferentes configurações de trabalho, pensando o processo de intensificação deste e suas questões emergentes. Para o recorte deste trabalho, consideramos também as delimitações da pesquisa maior, ou seja, tendo em conta apenas os PPGE com nota 7 e as publicações *Qualis* A1, no quadriênio 2013-2016.

Após reflexão sobre qual o caminho metodológico seguir para pensar esse trabalho docente, optamos por pensar essa condição a partir do debate sobre a Educação Superior, pois esse segmento trata dos processos formativos de cunho profissional, bem como se relaciona com a temática da produção do conhecimento e traduz as configurações educacionais formativas no Brasil.

Dito isso, delimitando uma discussão sobre o trabalho docente na Educação Superior, este trabalho apresenta como objetivo identificar quais são os debates teórico-metodológicos apresentados nas pesquisas publicadas no quadriênio 2013-2016 sobre o trabalho docente na Educação Superior. Buscamos problematizar como os autores das pesquisas, cujo objeto de análise seja o trabalho docente, vêm apresentando o debate teórico-metodológico em suas publicações.

Compreendemos que pensar o debate teórico-metodológico nas publicações da área da educação, referentes ao trabalho docente, nos ajuda a refletir sobre os direcionamentos político-institucionais que vêm sendo postos à educação. E, da mesma forma, contribui para discutir sobre como a preocupação metodológica é apresentada para melhor compreensão da prática da pesquisa em educação nos últimos anos, ajudando a pensar os possíveis diálogos e articulações que podem ou deveriam existir entre a produção acadêmica da área e as necessidades e demandas impostas pela sociedade atual.

## **APRESENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E REFERENCIAIS TEÓRICOS**

Vimos trabalhando, nos últimos anos, com uma preocupação voltada à pesquisa em educação no Brasil, tanto em seu viés político-institucional quanto no que se refere aos seus processos teórico-metodológicos. Como um caminho para pensar a pesquisa em educação, temos nos debruçado sobre um estudo a partir das publicações em periódicos, uma vez que os

mesmos vêm assumindo cada vez mais um papel institucional importante no processo de divulgação científica e de meio de avaliação institucional tanto dos PPGes quanto dos docentes e até dos discentes.

Pesquisar a partir dos periódicos da área da educação tem sido um dos caminhos metodológicos para debatermos a produção de conhecimento em educação, no intuito de repensar a dinâmica da prática da pesquisa em educação e suas correlações com as exigências produtivas do meio acadêmico. Para Alvarenga (1996), o trabalho em periódicos e para periódicos se constitui em um dos mais utilizados e reconhecidos meios de comunicação, não só da pesquisa, mas também das atividades científicas como um todo, em função do papel de validação e hierarquização do cientista.

Nesse sentido, pensando o periódico como importante meio de divulgação acadêmico-científica e também como um caminho de estudos sobre a prática da pesquisa em educação, o utilizamos para alcançarmos o objetivo proposto neste trabalho, ou seja, identificar quais são os debates teórico-metodológicos apresentados nas pesquisas publicadas no quadriênio 2013-2016 sobre o trabalho docente na Educação Superior, tomando como recorte de pesquisa os PPGes com nota 7 e as produções bibliográficas disponíveis em periódicos da área da educação com *Qualis* A1. O corte pela nota 7 e pelo conceito A1 se justifica pela posição de destaque e de indução que esses Programas qualificados como de excelência acadêmica têm no campo da educação, em especial na pós-graduação.

Como caminho metodológico para este trabalho, em especial para a coleta dos dados e levantamento da empiria referente ao objeto trabalho docente na Educação Superior, foram definidos alguns indicadores: [a] identificação de termos para busca que consideravam ‘trabalho docente’, ‘condição docente ou condição do trabalho docente’, ‘Educação Superior’ e ‘Ensino Superior’, nos títulos e/ou palavras-chave nos artigos publicados, [b] indicadores sobre a parte teórico-metodológica buscada nos resumos, na introdução ou na parte referente às questões metodológicas ao longo dos artigos e [c] procedimentos de trabalho.

A partir desses indicadores, levantamos um total de 15 artigos, sendo 5 abordando o trabalho docente, 2 sobre condição do trabalho docente, 7 sobre Ensino Superior e 1 abordando a Educação Superior. Desse levantamento, foram encontrados 4 artigos em que os termos para identificação são apresentados apenas nos títulos, 5 nas palavras-chave, e 6 em que os termos aparecem tanto no título quanto nas palavras-chave.



No entanto, antes de tratarmos mais especificamente sobre o trabalho com esses 15 artigos e suas apresentações metodológicas, que serão abordados de forma mais específica na parte de resultados e discussão, é indispensável apresentarmos a perspectiva teórica que nos auxiliou nessa construção, assim como nossos referenciais teóricos. Compreendemos que não basta para o movimento de pesquisa apenas a definição de que tipo de pesquisa estamos tratando, mas da escolha de abordagens que contemplam nossas análises.

Para este trabalho, optamos por uma abordagem qualitativa pautada em uma pesquisa bibliográfica para pensar as questões teórico-metodológicas identificadas na empiria em questão, além da pesquisa descritiva para apresentação dos dados coletados nos 15 artigos publicados sobre trabalho docente na Educação Superior.

Pensando os pressupostos teóricos necessários para apresentar nossa posição epistemológica, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que, para Marconi e Lakatos (2021), trata de pesquisas que se baseiam em aportes teóricos como textos, livros, ensaios críticos, dicionários, jornais, revistas, resumos e artigos científicos, sendo este último considerado como foco primeiro dos pesquisadores, pois “é neles que se pode encontrar conhecimento científico atualizado” (p. 33). Segundo Severino (2016), a pesquisa bibliográfica utiliza-se de dados ou de categorias teóricas para trazer contribuições epistemológicas sobre a temática estudada.

Já no que diz respeito à parte da pesquisa descritiva deste trabalho, esta foi utilizada para apresentação dos apontamentos encontrados na parte empírica desta investigação. Para Gil (2021), a pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever as características de determinado fenômeno e/ou estabelecer relações entre variáveis. “As pesquisas descritivas são [...] as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação da prática” (GIL, 2021, p. 27). Nesse sentido, compreendemos que a escolha desse tipo de pesquisa nos ajuda a identificar os debates desejados através de levantamento, da descrição e da discussão de como o debate teórico-metodológico vem sendo apresentado pelos autores nas pesquisas sobre o trabalho docente na Educação Superior e, assim, pensarmos qual o lugar dessas pesquisas na prática da pesquisa em educação, no recorte em questão.

Entendemos que, dentro do movimento de construção da pesquisa, apenas a escolha do tipo de pesquisa a ser realizada e a descrição processual do desenvolvimento da pesquisa não dão conta da construção teórico-metodológica e epistemológica da pesquisa. Por isso, é necessário apontarmos o terreno teórico de onde partem nossas questões para pensar a apresentação teórico-metodológica sobre o trabalho docente na Educação Superior nas publicações no quadriênio 2013-2016 e o que dizem os autores dessas publicações.

são muitos e, por isso, é preciso pontuar algumas questões sobre o método no sentido de trazer a abordagem de pesquisa e a perspectiva teórica em questão. Nesse sentido, a preocupação com a questão do método e das questões metodológicas da pesquisa se faz fundamental para um processo de construção investigativa. Entendemos que, na prática da pesquisa científica, existem marcas de uma compreensão do processo metodológico como ação de apresentação de instrumentos e de técnicas ou de descrição pontual de fases da pesquisa. No entanto, essa forma de tratar o método, pontuando procedimentos técnicos do trabalho de investigação, não reconhece que o método científico também se constitui para além de normativas técnicas, mas avança para a importância da fundamentação teórico-conceitual.

Gil (2021) afirma que, para que um conhecimento seja considerado científico, é fundamental determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. No entanto, a construção metodológica vai além. Assim como Severino (2016), concordamos que o movimento do conhecimento científico pode seguir um método, mas deve apoiar-se em fundamentos epistemológicos. Para Severino (2016, p. 106), “[...] não basta seguir um método e aplicar técnicas para se completar o entendimento do procedimento geral da ciência. Esse procedimento precisa ainda referir-se a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia praticada”.

Na pesquisa em educação, são muitos os pressupostos teóricos e epistemológicos utilizados para pensar esse campo tão rico e complexo, mas, em geral, as pesquisas focam nos resultados, deixando em segundo plano a preocupação com o processo de desenvolvimento das pesquisas, o próprio desenvolvimento teórico-metodológico que conduz ou deveria conduzir o processo de produção de conhecimento no campo da educação. Como afirma Cardoso (1996, p. 90), “A ênfase é no processo, não no produto”.

Nesse sentido, compreendemos que o debate teórico-metodológico não é acessório na pesquisa, mas traduz a própria constituição da pesquisa rigorosa e organizada. Segundo Borba, Portugal e Silva (2008, p. 13), “A inquietação com a explicação científica do fenômeno educativo tem dado origem a diferentes projetos investigativos que nascem no seio de perspectivas epistemológicas distintas”. Mesmo com perspectivas epistemológicas distintas, compreendemos que uma atenção precisa ser despendida na parte teórico-metodológica da pesquisa.

Partindo dessa problematização, nos propomos a apresentar a forma como as questões teórico-metodológicas têm sido apresentadas nas publicações da área, com destaque para as

pesquisas desenvolvidas que apresentam o trabalho docente na Educação Superior e o que apontam como os debates sobre essa temática tão importante no contexto educacional no Brasil.

Diversos seriam os possíveis caminhos para pensar o trabalho docente na Educação Superior. No entanto, como expressei anteriormente, partimos de uma perspectiva histórico-social, cuja abordagem materialista-histórica nos ajuda a compreender o funcionamento da educação no Brasil. Nesse sentido, cabe salientar o porquê de pensarmos esse objeto e a partir de que pontos de discussão realizamos nossas análises.

Partindo dos debates no Grupo de Pesquisa sobre as relações entre as necessidades e demandas da sociedade capitalista e suas influências no campo educacional, temos debatido sobre a condição do trabalho docente frente aos processos de privatizações nas últimas décadas, a intensificação e a precarização do trabalho docente no atual contexto neoliberal. Trabalhar em uma perspectiva histórico-social nos ajuda a compreender que a educação, como instituição importante para o funcionamento do sistema, ocupa um lugar privilegiado nos interesses do Estado, não pensando a educação como direito de todos ou como um bem comum, mas como um meio de auxiliar o sistema na formação de sujeitos aptos técnica e ideologicamente a uma determinada sociedade.

Na abordagem materialista-histórica, é possível compreender a relação entre educação e sociedade, bem como a relação entre educação e trabalho na sociedade atual. Por meio da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, podemos refletir sobre as condições de vida desses sujeitos históricos em determinado tempo e espaço com seus condicionantes econômico-político-sociais, refletindo a forma de organização dos homens na sociedade e os papéis desempenhados pelas instituições que atravessam a vida desses sujeitos historicamente.

Com isso, buscar nas publicações da área da educação sobre o que vem sendo apresentado teórico-metodologicamente nos remete a analisar quais os debates têm sido considerados e postos como destaque para pensar o trabalho docente, em especial no Ensino Superior. Para Mancebo (2011, p. 74), a educação superior brasileira tem assumido cada vez mais um caráter de empresa, “esvaecendo o seu caráter de instituição da sociedade voltada para a formação humana e para a produção do conhecimento engajado na solução de problemas nacionais.”

Ainda na análise da autora, pensar o trabalho docente no Ensino Superior a partir das reformas neoliberais dos anos de 1990 implica entender que as mesmas afetaram não só os aspectos objetivos das relações entre docentes e protocolos de trabalho, mas acarretaram modificações no próprio modo de significação do trabalho na própria sociedade e dos papéis e identidade desse docente. “É preciso considerar, portanto, os novos funcionamentos das



XXII ENCONTRO DE ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E AS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO

organizações contemporâneas e as representações do trabalho que emergiram de todas essas mudanças, afetando, dentre outras, o *ethos* das instituições educacionais.” (MANCEBO, 2010, p.81).

Para Sguissardi (2017, p. 144), a Educação Superior no Brasil vem sendo refém do polo privado-mercantil do Estado, uma vez que suas políticas institucionais não priorizam os interesses públicos, pois “Se no Estado, como instituição social, predominasse o polo dos interesses públicos sobre seu polo privado-mercantil, outra seria a configuração da igualdade/desigualdade social no Brasil e de suas políticas de educação superior”.

A partir dessas contribuições e interlocuções teóricas, queremos demonstrar o terreno teórico e epistemológico em que nos pautamos para pontuar o objeto do trabalho docente na Educação Superior, pois, em nossa concepção, não existe pensar o trabalho docente sem inseri-lo em um determinado contexto de sociedade. Por isso, compreendemos que a forma como o debate teórico-metodológico vem sendo apresentado nas pesquisas da área da educação podem traduzir as reais preocupações e demandas que a área compreende para essa temática tão importante e fundamental para o campo educacional.

Não pretendemos realizar julgamentos sobre qual a perspectiva teórica deve ser utilizada, mas questionamos como esse debate vem sendo apresentado e publicizado como meio de pensar a educação na sociedade atual. Afirmamos a necessidade de um olhar rigoroso para com as questões metodológicas e epistemológicas que de fato ajudem a refletir sobre o trabalho docente na Educação Superior como um caminho de ressignificação da identidade desse professor. Nesse sentido, é fundamental refletirmos sobre os meandros da produção de conhecimento na área da educação pensando o trabalho docente e suas contribuições como sujeito institucional para a educação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à empiria de 15 artigos contendo os termos ‘trabalho docente’, ‘condição docente ou condição do trabalho docente’, ‘Educação Superior’ e ‘Ensino Superior’, nos títulos e/ou palavras-chave nos artigos publicados, identificamos a seguinte distribuição entre as Instituições de Ensino Superior.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos por instituição

Instituição	Quantidade de artigos
-------------	-----------------------

Universidade do Estado do Rio de Janeiro	3
Universidade Federal de Minas Gerais	9
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	3
<hr/>	
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>

Fonte: elaboração própria.

Neste trabalho, nos deteremos a apresentar o que foi colocado pelos autores das publicações no quesito metodologia, apontando principalmente as abordagens e referências teóricas que corroborem com as escolhas metodológicas. Especificamente, nenhum dos artigos tratou conjuntamente sobre o trabalho docente na Educação Superior, sendo estes apenas caminhos/condicionantes/contextos para outras análises e outros debates. As discussões apresentadas nos artigos que tratavam do Ensino Superior concentraram-se em diversos caminhos, conforme indica o quadro a seguir.

Quadro 1 - Caminhos para as discussões sobre Ensino Superior

<b>Discussões</b>
Performatividade no Ensino Superior e as modificações na cultura da pesquisa e da pós-graduação no país.
A relação do trabalho docente com a construção do professor pesquisador e reflexivo.
Políticas de formação docente e as experiências de sala de aula.
Políticas para o Ensino Superior como desafios ao professor universitário, mas com o foco no debate sobre inclusão.
Subjetividades e saúde no trabalho docente; indicadores de avaliação da qualidade do Ensino Superior.
Condição docente.
Trabalho docente e organização sindical.
Dimensão coletiva do trabalho docente.
Prática docente bem-sucedida no Ensino Superior.
Acesso ao Ensino Superior pensando padrões de desigualdade regional e sócio-econômica.

Ampliação da EaD e políticas de acesso ao Ensino Superior.

Desigualdade de acesso a partir da obra ‘Os Herdeiros’.

Condição de trabalho docente e o desenvolvimento profissional para mudanças na prática educativa.

Transição do Ensino Médio para o Ensino Superior.

Fonte: elaboração própria.

Das publicações que compõem a empiria deste trabalho, apenas 1 artigo não trouxe nenhuma indicação sobre o desenvolvimento da pesquisa e sobre as questões de natureza metodológica, técnica e procedimental, e 14 pontuaram algum tipo de apresentação dos procedimentos para a realização da pesquisa, mas apenas 4 publicações apresentaram uma parte do texto destinada à metodologia, sendo apenas uma delas articulando o desenvolvimento da pesquisa às escolhas procedimentais, conceituais e epistemológicas.

As abordagens e perspectivas teóricas apresentadas, quando pontuadas nos textos, aparecem acompanhadas de algum conceito ou referencial, mas sem maiores debates sobre as escolhas teóricas e perspectivas teórico-conceituais. Autores como Stephen Ball, Lawrence Stenhouse, Norman Fairclough, Edgar Moran, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron foram alguns dos referenciais utilizados. Com base na leitura, na identificação e na descrição realizadas a partir das publicações utilizadas, preocupa a quase total ausência de articulação entre as escolhas de referências teóricas e o debate teórico-metodológico das pesquisas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o recorte para o debate sobre o trabalho docente na Educação Superior, afirmamos que existe uma preocupação em definir uma abordagem para análise dos resultados ou uma vertente teórica que auxilie na compreensão dos produtos de pesquisa, mas que não existe um debate mais criterioso sobre como essas escolhas de abordagens e vertentes dialogam com a pesquisa realizada. A parte referente às questões teórico-metodológicas com o trato conceitual ou das categorias referentes às perspectivas teóricas utilizadas são apresentadas em meio a outras explicações sobre a temática e não vinculadas às problemáticas referentes ao método ou processos metodológicos.

Foram encontrados registros pontuais, com informação sobre os procedimentos/instrumentos, ou sobre o grupo pesquisado ou sobre a fundamentação teórica da pesquisa. No entanto, como pontuado anteriormente neste texto, delegamos importância científica às questões teórico-metodológicas na construção da pesquisa, pois entendemos que este elemento constitui importante papel no processo de produção de conhecimento em educação. Nesse quesito, sugerimos que as reflexões sobre o trabalho metodológico em uma pesquisa devem ocupar um lugar mais rigoroso na pesquisa em educação.

Um fato que chamou atenção diz respeito a não articulação entre os debates referentes ao trabalho docente e a Educação Superior de forma mais aprofundada, pois compreendemos que o período de estudo utilizado, ou seja, o quadriênio 2013-2016, antecede uma série de debates sobre políticas públicas e institucionais impostas pelo Estado, que redimensionam e ressignificam o trabalho docente não só no Ensino Superior, mas em todos os níveis de ensino. É preciso destacar a importância dos debates sobre o trabalho docente para compreensão mais ampla das configurações impostas à educação no contexto atual.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. **A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil**: estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974). Tese de Doutorado defendida em 1996. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

BORBA, S.; PORTUGAL, A. D.; SILVA, S. R. B. Pesquisa em educação: a construção teórica do objeto. **Revista Eletrônica Ciência & Cognição**, volume 13, n.1, 2008, p. 12-20. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v13n1/v13n1a03.pdf> Acesso em: 14 maio 2024.

CARDOSO, M. L. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.10, n. 26, p.1-26, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista portuguesa de educação**, v. 23, n. 2, p. 73-91, 2010. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13987/10570> . Acesso em: 13 maio. 2024.

MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: DAL ROSSO, S. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SGUISSARDI, V. O trabalho docente na educação superior no Brasil. Heterogeneidade, insegurança e futuro incerto. **Integración y Conocimiento: Revista del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Educación Superior de Mercosur**, v. 6, n. 2, p. 142-162, 2017.

Disponível em:

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/18695/19110>.

Acesso em: 13 maio. 2024.



## OS APONTAMENTOS DOCENTES SOBRE A PRECARIZAÇÃO NAS IES PRIVADAS EM TEMPOS PANDÊMICOS

Stephanie Xavier Sathler de Souza- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Andreia Gomes da Cruz- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

### RESUMO

Este artigo explora as percepções dos professores sobre a precarização do trabalho na educação superior privada durante a pandemia de COVID-19. Procuramos analisar a intensificação do trabalho e os desafios enfrentados pelos professores durante o isolamento social, usando as discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação - ESPE e na Iniciação Científica. Ao mesmo tempo, entendemos que é necessário examinar a intensificação do trabalho docente em relação à expansão da educação superior em curso no Brasil nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** precarização, trabalho docente, IEs privadas.

### INTRODUÇÃO

Em 2020, o mundo foi assolado pela maior crise sanitária provocada pelo vírus Coronavírus (COVID- 19), desencadeando a maior pandemia planetária da História da humanidade, esta por sua vez, trouxe impactos significativos no âmbito do trabalho, vemos que *“Las medidas de paralización total o parcial yaafectan a casi 2700 millones de trabajadores, es decir: a alrededor del 81 por ciento de la fuerza de trabajo mundial”* (OIT, 2020, p.1).

Diante do desafio, os governos centrais colocaram em ação medidas de isolamento social. No Brasil, o Ministério da Educação, com o Conselho Nacional de Educação, emitiram um parecer e uma portaria no qual determinam a substituição das aulas presenciais por aulas em formato remoto, visando a continuidade do período remoto tanto na educação básica como no ensino superior.

Nesse sentido, a adoção de aulas em formato remoto ou a distância colocou, novamente, em pauta as dificuldades que o campo da educação enfrenta no uso das tecnologias da informação no cotidiano escolar. Se na educação básica, o uso das aulas remotas evidenciou as desigualdades educacionais, esta problemática também reverberou na educação superior pública, uma vez que, boa parte dos cursos e currículos são pensados para uma dinâmica em formato presencial.

O ensino remoto utilizado durante a pandemia não se caracteriza como EaD, visto que cada um possui suas especificidades, e devemos ressaltar que o ensino remoto não foi algo previamente pensado, testado e depois aprovado. Dessa forma, sua execução não ocorreu da



XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

melhor forma possível, visto que muitos alunos e professores não possuíam as tecnologias necessárias. É imprescindível explicar as especificidades de cada um, pois embora ambos necessitem de aparatos tecnológicos, suas especificidades são divergentes.

O Ensino a Distância (EaD) teve sua aprovação na Lei de Bases e Diretrizes em 1996. Esse momento marca o avanço e crescimento na mercantilização da educação.

O Ensino Remoto, por sua vez, possui uma modalidade alternativa utilizada durante a pandemia para que os alunos pudessem dar continuidade em seus estudos. Esta valia para todas as etapas da educação, seja ela básica ou superior. Entende-se que essa modalidade é provisória e autônoma, segundo a Portaria n.º 343/2020, dessa forma cada instituição está livre para aplicar o ensino como melhor lhe parecer.

Colocado em prática no terreno da Educação Básica de forma verticalizada, sem um conhecimento profundo das necessidades e particularidades dessa realidade educativa, esse modelo de educação potencializou ainda mais a histórica precarização do trabalho docente ao desencadear processos de perda da autonomia, de imposição de práticas pedagógicas e de sobrecarga de atribuições advinda do ensino remoto. Além disso, acirrou ainda mais as desigualdades de condições de aprendizagem e provocou o abandono escolar de muitos estudantes (SILVA; SANTOS, 2021, p. 72).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O tema dessa pesquisa surgiu em decorrência participação como voluntária no Projeto de Iniciação Científica intitulada “Mercantilização da educação superior no Brasil: os impactos da privatização na formação do Pedagogo”, na UFRRJ e da minha participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação – ESPE.

A minha inserção no grupo de pesquisa contribuiu para uma maior aproximação com as temáticas relacionadas à educação superior, privatização/ mercantilização da educação e, consequentemente com a observação, na prática dos efeitos perniciosos da pandemia de COVID-19 nas universidades públicas e privadas, nos levaram a eleger precarização e o trabalho docente como foco de trabalho.

Como aprofundamento nos debates percebemos a necessidade de problematizarmos a respeito das implicações que emergem no trabalho docente que atuam na educação superior privada que nas últimas décadas veem tendo o seu lócus de trabalho alterado em decorrência do avanço do capital e do uso das tecnologias da informação e da comunicação.

A decretação da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foi necessária a implementação de medidas sanitárias de distanciamento social que afetou a circulação de pessoas em diversas partes do mundo, entre as quais a educação. O ineditismo da pandemia e a urgência da implementação de medidas de distanciamento social demandaram dos sistemas educacionais a transposição de aulas presenciais para atividades remotas.

A adoção das aulas remotas evidenciou a ausência de formação e de recursos tecnológicos adequados para seu manejo, as redes públicas de ensino se esforçaram para oferecer suporte institucional visando a execução das atividades.

Por outro lado, com a crise de COVID-19 revisitou mazelas educacionais que cada vez mais assolam os professores, [...] “nas escolas públicas, a falta de infraestrutura digital para viabilizar os conteúdos online foi apenas umas das pontas de um sistema de ensino cercado de vulnerabilidades” (LIMA, 2023, s/p).

Por outro lado, para as IEs privadas, a pandemia foi uma oportunidade de expansão de cursos na modalidade a distância, enquanto professores sofreram com aumento da precarização do trabalho em tempos pandêmicos, assim “Faculdades particulares de SP lotam salas virtuais com até 180 alunos e demitem mais de 1.600 professores durante pandemia” (VIEIRA, 2020, s/p).

A precarização do trabalho docente se propaga de forma alarmante com o excesso de sobrecarga profissional, baixa remuneração, o crescente número de contratos temporários, o aumento do número de alunos por professor, ausência de perspectiva de carreira. Entretanto, os profissionais se sentem obrigados a aceitar esses dissabores pelo receio do desemprego.

Nesse sentido, os docentes precisaram conciliar a vida familiar com o trabalho em *home office*, enquanto enfrentaram a carência de tecnologia, dificuldades para acessar uma plataforma educacional que fosse compatível com a internet.

Para isso, partimos do pressuposto de que o trabalho docente não está dissociado das relações sociais capitalistas e, embora possua especificidades, apresenta características comuns a outras atividades do mundo do trabalho. Portanto, precarização, flexibilização, trabalho temporário e formas atípicas de trabalho são características pertinentes, inclusive, ao trabalho docente. (SILVA, 2020, p.115).

Para analisar os desdobramentos da pandemia na intensificação da precarização do trabalho docente, foi necessário recorrer a bibliografia que abordasse a categoria de trabalho e seus desdobramentos na contemporaneidade, com foco na tecnologia e na ubernização. Nesse sentido, destacamos as escritas de Antunes (2020), Leher (2021), Moreira (2020), entre outros. Além disso, recorremos a LDB/1996 e ao Censo da Educação Superior.

Nesse sentido, esta pesquisa procurou compreender os mecanismos que contribuíram para o aumento da precarização do trabalho docente nas instituições de educação superior privada no decorrer da pandemia, enquanto evidenciou uma ‘oportunidade’ para os negócios educacionais.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos pretendidos de nossa investigação — analisar a percepção do docente da Educação Superior privada sobre o trabalho desenvolvido no decorrer da pandemia de Covid-19 em instituições privadas na cidade do Rio de Janeiro, empregou-se uma abordagem qualitativa e descritiva.

De modo a captar as informações foram adotados como instrumento o utilizando o formulário ‘Google Forms’ direcionado aos docentes para obter uma pesquisa qualitativa, buscando resultados sobre os impactos da pandemia na vida dos professores do Ensino Superior, mediante perguntas previamente elaboradas, os docentes puderam exprimir suas experiências ao longo do período pandêmico.

Além disso, a escolha pelo Google formulários deve-se, por ser um “recurso digital para coleta de dados, armazenado na nuvem e que pode ser acessado de qualquer lugar e a qualquer tempo” (BARD; MATUZAWA; MULBERT, 2017, p.3). Além disso, “é uma ferramenta de criação de questionários, com questões de vários formatos e com recursos de personalização. Assim, possibilita a criação de instrumentos avaliativos flexíveis e automatiza a coleta e manipulação dos dados” (BARD; MATUZAWA; MULBERT, 2017, p.3).

O público-alvo era composto por docentes que estivessem em pleno exercício da docência no período no momento da pandemia e que tivessem vivenciado todo o processo de transposição das atividades presenciais para as atividades remotas. Ressaltamos que não solicitamos aos nossos participantes informar o nome da instituição que trabalha ou trabalhava para evitar possíveis identificações.



## XXII ENCONTRO NACIONAL DE APONTAMENTOS DOCENTES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS IES PRIVADAS

De acordo com reportagem publicada no Jornal da USP, a taxa de desemprego atingiu níveis alarmantes em nosso país durante a pandemia. [...] “No primeiro trimestre de 2021, este índice atingiu 14,9%, ultrapassando a marca de 15,2 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE. Esse número contempla pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho”.

No âmbito educacional, segundo o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP), mais de 1.800 professores universitários foram demitidos durante a pandemia de Covid-19 no Estado.

Consideramos que problemas ligados à precarização do trabalho escolar não são recentes no país, mas constantes e crescentes, e cercam as condições de formação e de trabalho dos professores, condições materiais de sustentação do atendimento escolar e da organização do ensino, a definição de rumos e de abrangência do ensino secundário e outras dimensões da escolarização, processo esse sempre precário, na dependência das prioridades em torno das políticas públicas. (SAMPAIO e MARIN, 2004, p.1204)

Nesse sentido, destacamos que uma das consequências econômicas-financeiras que afetou o ensino superior privado foi o aumento da inadimplência associado com aumento da evasão de estudantes, sendo assim, a conjugação desses dois processos ocasionou a demissão de docentes e técnicos administrativos. A problemática do desemprego também atingiu os estudantes, pois assim como os professores, estes tiveram seus contratos suspensos, ficando sem salário, outros tiveram que adquirir aparelhos eletrônicos novos, pagando do próprio bolso para que pudessem trabalhar de maneira mais ‘tranquila’.

Para exemplificar todos os desdobramentos das problemáticas acima, recorreremos às percepções dos docentes sobre os atravessamentos da pandemia no cotidiano laboral e familiar.

No relato a seguir, o professor A, do Curso de Pedagogia, explicita algumas questões relacionadas às atividades remotas e seu trabalho, bem como seus principais problemas enfrentados:

*“No início, bastante difícil. Lembro que a plataforma escolhida para as aulas síncronas era o Microsoft teams. No primeiro dia, o aplicativo não abria a minha câmera e o microfone. Tive que iniciar a aula pelo chat da sala. Alguns alunos começaram a reclamar. Aquela situação me deixou completamente desorientado. Aos poucos, fui me adaptando e tive que investir por conta própria em novos equipamentos para conseguir ministrar as aulas, como, webcam, microfone, um novo celular e mais a frente um novo notebook e sem contar uma cadeira mais confortável, já que passava várias horas sentado. De maneira geral, foi bastante cansativo, pois trabalhava em duas outras instituições da educação básica, além da universidade privada. E em todas elas estava no formato remoto”.*



Como podemos observar, os problemas já existentes se intensificaram e outros novos apareceram. O professor A também relata em uma parte da entrevista quais desafios teve que enfrentar durante o período pandêmico.

*“Os principais desafios eram: 1- A precariedade do trabalho docente devido ao uso das tecnologias que apenas reproduziam o ensino pragmático da sala de aula presencial; 2- A falta de interatividade dos estudantes, pois a maioria não tinha recursos tecnológicos adequados para participação da aula: wi-fi, computador, tablet, etc”.*

Observando as respostas do questionário, pudemos observar que a média de alunos por sala é grande, e também que para a maioria dos entrevistados o número de turmas foi reduzido, além de ter seu salário ou carga de trabalho reduzidos, ou o contrato suspenso.

A professora B (nome fictício), docente no curso de Pedagogia e Direito, comentou os percalços que enfrentou ao lecionar durante a pandemia. No relato da professora, ela informa que teve um treinamento de apenas dois dias para aprender a lidar com as funções da plataforma.

Além disso, ela informou que precisou trabalhar muito mais, pois agora que estava em formato remoto, necessitava de uma metodologia diferente para fazer com que os alunos interagissem mais com o professor. No campo da saúde, ela informou que passou a sofrer com insônias.

O capitalismo viu uma oportunidade na miséria alheia. Enquanto as pessoas se preocupavam em manter a saúde mental, física e até espiritual, o capital encontrou uma nova forma de fazer mais dinheiro. Mesmo que houvesse uma grande evasão de alunos, as instituições continuavam lucrando, pois o número de alunos por turma só aumentava, assim como o número de demissões de professores e conseqüentemente aqueles que continuavam empregados sentiam-se sobrecarregados.

A falta de seriedade do governo Bolsonaro frente à pandemia através da minimização do problema, estimulação de comportamentos contrários à saúde e bem-estar dos demais, além de ser uma gestão conhecida pela propagação de ‘fake News’ deixou a população ainda mais aflita, as substituições de ministros tanto da Educação quanto da Saúde a todo o momento foram um marco durante a gestão.

A frequência de conflitos entre o ex-presidente e seus ministros trouxe conseqüências devastadoras tanto para a população como para o campo da educação. Os alunos e professores que vivem nas periferias e em zonas rurais sofreram ainda mais com o avanço da pandemia. O ensino remoto não era a melhor opção, dessa forma, as desigualdades foram intensificadas, para eles se tornava ainda mais difícil estudar ou lecionar.

Há ainda outros obstáculos graves, especialmente para alunos e professores mais empobrecidos, muitos deles localizados na periferia das grandes cidades ou na zona rural. Faltam computadores, aparelhos de telefonia móvel, software e Internet de boa qualidade, recursos imprescindíveis para um EaD que resulte em aprendizagem (DIAS e PINTO, 2020 p. 546)

Quando falamos de educação em meio à pandemia, é muito mais do que “aulas remotas”, mesmo aqueles que possuíam os aparatos necessários para lecionar/estudo passaram por muitas dificuldades. A saúde mental, como abordamos no capítulo anterior, era algo preocupante. Muitos desenvolveram problemas de saúde mental ou física devido à exaustão.

A preocupação diária com a contaminação, o isolamento, salário reduzido, aumento de alunos por turma, familiares e/ou parentes doentes, etc. O excesso de pensamentos preocupantes fez com que muitos não conseguissem exercer seu papel como professor ou aluno. Como ser produtivo diante de tantas aflições? Como esperar que o capital “entenda” esse momento? O silêncio do Estado em situações como essas é ensurdecedor.

Para construirmos um futuro mais saudável, próspero e seguro, precisamos de políticas públicas que garantam um financiamento adequado para a Educação, fazer uso inteligente das tecnologias disponíveis, priorizar os mais vulneráveis e proteger educadores e alunos. O Estado precisa se fazer presente. (DIAS e PINTO, 2020 p. 547)

É notório que os impactos da pandemia não se restringem aos tempos pandêmicos, será necessário que novas políticas públicas sejam aplicadas para resgatar a educação a longo prazo, visto que uma grande quantidade de alunos foi afetada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das análises realizadas no presente trabalho, entendemos que o trabalho docente sempre foi precarizado e intensificado na pandemia. Simultaneamente, temos o processo de financeirização da educação superior que impacta diretamente no ofício dos docentes, tornando-se, esta profissão, mais desgastante e frustrante. Nos últimos anos, temos constatamos uma transformação da educação em mercadoria. Com o advento da pandemia, alguns conglomerados educacionais viram uma oportunidade de aumentar seus lucros. Todavia, o período pandêmico apenas maximizou algo já existente, sendo a diminuição da autonomia docente e o aumento da automação nas IES privadas.

XXII ENCONTRO NACIONAL DE REPRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUTOMÁTICA

A reprodução de conteúdo automática frustra os profissionais, assim como a falta de reconhecimento e perspectiva de crescimento na carreira. É notório que a pandemia deixou mais visível algo pelo qual os professores veem sofrendo há anos, a falta de estrutura dentro das instituições, o grande número de alunos por sala, a necessidade de se adaptar ao uso de Plataformas digitais dia para noite sem o devido receber treinamento e arcar com aquisição de equipamentos digitais (notebook, microfones, internet banda larga, etc.).

Todos esses problemas causaram bem mais do que insatisfação na profissão, muitos docentes desenvolveram problemas de saúde física e ou mental, que foram adquiridos ao longo dos anos de trabalho, e que foram potencializados na pandemia, ao mesmo tempo, que a pandemia provocou demissões em massa e superlotação das salas virtuais.

A grande lacuna deixada pelo Estado no que se refere a educação em nosso país foi evidente, e coaduna com o projeto de desmonte do Estado e das políticas sociais que foi restaurado com o Golpe de 2016.

Além disso, a gestão do ex-presidente Bolsonaro pode ser compreendida pelo viés do autoritarismo e conservadorismo, da inabilidade em gerir o Brasil em tempos pandêmicos, principalmente no campo da educação.

Além disso, os efeitos da pandemia de Covid-19 ainda serão sentidos por muitas décadas. Nascimento e Cruz (2021, p.272) destacam que no âmbito educacional, verificamos um alargamento das desigualdades, ao mesmo tempo, que a [...] “pandemia tem sido de grande crescimento para as IES” para expansão da educação a distância e para precarização do trabalho docente nas instituições privadas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) acesso em: 07 de jun.2024.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm) acesso em: 07 de jun. 2024.

BARD, R. D.; MATUZAWA, F. L.; MÜLBERT, A. L. Uso de Tecnologia Educacional em uma Escola Pública Municipal: Uma Experiência de Avaliação Formativa usando o Formulário Google. **Revista Tecnologias na Educação**, Araranguá-SC, v. 21, ed. 9, 2 out. 2017.

XXII ENCONTRO DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO <https://tesdu.pro.br/wp-content/uploads/2017/10/Art14-vol.21-Edi%C3%A7%C3%A3o-Tem%C3%A1tica-V-Outubro-2017.pdf> acesso em: 01 jun. 2024.

DIAS, É.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 545–554, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mjDxhf8YGdk84VfPmRSxzc/#> acesso em: 07 jun.2024.

JORNAL DA USP. **Taxa de desemprego é 3,1% menor que antes da pandemia no Estado de São Paulo. 11 de novembro de 2023.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/taxa-de-desemprego-e-31-menor-que-antes-da-pandemia-no-estado-de-sao-paulo/#:~:text=Durante%20a%20pandemia%20da%20covid,pessoas%2C%20segundo%20da%20do%20IBGE.> acesso em: 01 jun.2024.

LIMA, H. Pandemia traz á tona a desigualdade na educação, problema que dificulta o acesso ao mercado de trabalho. **Rede Brasil Atual**, 19 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/pandemia-traz-a-tona-a-desigualdade-na-educacao-problema-que-dificulta-o-acesso-ao-mercado-de-trabalho/> acesso em: 28 mai.2024.

NASCIMENTO, L.; CRUZ, A. Educação em tempos de pandemia e o fortalecimento da educação a distância no ensino superior: As oportunidades do lucrativo mercado educacional. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.258-276, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43565/24613> acesso em: 07 jun.2024.

OBESERVATÓRIO DE LA OIT. **El covid-19 y el mundo del trabajo. Segunda edición Estimaciones actualizadas y análisis, 2020.** Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_740981.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_740981.pdf) - Unicamp GT 6 - Educação, capitalismo e socialismo.

SAMPAIO, M. DAS M. F.; MARIN, A. J.. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1203–1225, set. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t7pjz85czHRW3GcKpB9dmNb/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 07 jun.2024.

SILVA, A. M da. **Formas e tendências de Precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras – Amanda Moreira da Silva - Editora: CVR – Curitiba – Brasil, 2020.**

SILVA, E. R. da; SANTOS, T. P. dos. O ensino remoto e o trabalho docente em tempos de pandemia: uma análise crítica. **Travessias**, Cascavel, v. 15, n. 3, p. e27632, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/27632>. acesso em: 7 jun. 2024.

VIEIRA, B. M. Faculdades particulares de SP lotam salas virtuais com até 180 alunos e demitem mais de 1.600 professores durante a pandemia. **G1 SP**, 02 de setembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml> acesso em: 01 jun.2024.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO





XXII ENCONTRO NACIONAL DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA

## **FINANCEIRIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR**

Luciane da Silva Nascimento – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Igor Andrade da Costa - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

### **RESUMO**

O artigo analisa os impactos da dinâmica do capital financeiro sobre a precarização do trabalho docente no Ensino Superior brasileiro. A investigação segue o método do materialismo histórico dialético, considerando como particularidade o caso da Universidade Estácio de Sá (UNESA). A instituição que, desde 2019, pertence ao grupo YDUQS Participações S.A teve a reconfiguração na oferta das suas vagas que foram segmentadas conforme público-alvo. A oferta por “unidades de negócio” se alinha a uma estratégia de governança corporativa para a educação e redefine os produtos educacionais conforme à faixa de preço do consumidor. No que tange a precarização do trabalho docente evidenciamos uma tendência geral de redução do número de contratações, ao mesmo tempo em que se aumenta a contratação do número de horistas. A exposição e análise desta realidade particulariza um conjunto amplo de transformações no modus operandi do Ensino Superior cuja exploração do trabalho reitera a dinâmica de produção da mais-valia e valorização do capital em sua etapa financeirizada.

Palavras-chave: Financeirização da Educação, Precarização do Trabalho Docente, Universidade Estácio de Sá.

### **INTRODUÇÃO**

O Brasil possui 2.595 Instituições de Ensino Superior (IES), neste universo, apenas 312 são públicas e 2.283 privadas. Entre as instituições privadas, mais da metade (55,8%) são instituições com fins lucrativos. Entre as IES privadas, a forma de organização acadêmica mais comum são as faculdades (75,8% ou 1.968) e os centros universitários (14,7% ou 318). No Brasil, apenas 7,9% (205) das IES são universidades e destas 56,1% é pública. (INEP, 2023). Concentrando 88% das IES, é a iniciativa privada que predomina no Ensino Superior brasileiro, ainda mais se considerarmos que dos 9.444.116 de estudantes matriculados no Ensino Superior, 7.366.410 (78%) das matrículas está em instituições privadas (INEP, 2023).

A partir destes dados, podemos afirmar que o Ensino Superior brasileiro constitui um universo amplamente dominado pela iniciativa privada. Universo este que desde os anos 2000, passa por mudanças qualitativas com a perspectiva aumentar o lucro por meio de novas formas de organização das empresas proprietárias das IES privadas. Tais mudanças resultam em perdas significativas nas condições de trabalho para os profissionais de educação destas instituições.

Até os anos 2000, predominavam entre as IES privadas empresas familiares sem fins lucrativos e instituições vinculadas à Igreja. A partir de então, estes grupos familiares foram absorvidos ou se transformaram em oligopólios. Dando início a um processo de crescimento inorgânico na educação superior privada, qual seja: o crescimento gerado pela fusão ou incorporação entre as empresas, no lugar do surgimento de novas instituições (SEKI, 2020. p. 75).

A fusão ou aquisição das mantenedoras das faculdades e centros universitários se dá por meio de mudanças na natureza jurídica das empresas do Ensino Superior, que deixam de ser empresas sem fins lucrativos e para empresas de capital fechado. Posteriormente, a propriedade das mantenedoras é transferida para grandes grupos empresariais de capital aberto, os oligopólios ou *holding*. As quais negociam seu capital na B3. Criou-se, então, um gigantesco mercado atrelado à educação superior, onde: o aumento ou diminuição das matrículas, a venda ou incorporação de novas instituições, mudanças nas leis de concessão de bolsas e financiamentos estudantis se materializam na movimentação diária de milhões de reais, em razão das flutuações acionárias das *holdings*. Na prática o Ensino Superior privado brasileiro é cada vez mais dominado pelo capital financeiro.

O capital dominado pelas finanças impõe novas formas de expansão do lucro que tem levado a intensificação do trabalho docente, por meio: da aplicação de tecnologias da informação e comunicação (TIC's) na sala de aula, da expansão do Ensino à Distância (EaD) e da diluição dos direitos trabalhistas em razão das novas formas de contratação. A dinâmica renovada da gestão do ensino e do trabalho no Ensino Superior está alinhada a flutuação das matrículas nos cursos de graduação e pós-graduação. Atreladas aos diversos “produtos educacionais” que diluem as formas tradicionais de disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

Para analisar os impactos da dinâmica do capital financeiro sobre a disseminação do conhecimento e o trabalho docente delimitamos a Universidade Estácio de Sá (UNESA) como referencial empírico. A UNESA é o nome fantasia da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, mantenedora que concentra cerca de 90 unidades, entre faculdades e centros universitários e 1.000 pólos EaD espalhados por 23 estados e o Distrito Federal (Estácio, 2024). Desde 2019, a UNESA pertence ao grupo YDUQS Participações S.A. Nosso objetivo é explicitar em que medida a ação do capital financeiro provocou a precarização das condições e o aumento da exploração do trabalho de profissionais de educação do Ensino Superior. É uma pesquisa pautada no materialismo histórico e dialético que apresenta como conclusão que a reconfiguração da oferta de vagas nas IES privadas sob a lógica do capital regido pelas finanças

XXII ENCONTRO NACIONAL DE ACESSO DA CLASSE TRABALHADORA AO CONHECIMENTO SOCIALMENTE PRODUZIDO E INTENSIFICOU O TRABALHO DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR.

Os dados aqui apresentados compõem uma pesquisa ampliada que faz parte de uma proposta interinstitucional de compreensão do processo de financeirização da educação entre COLEMARX e LIEPE. Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de pós-doutoramento em curso. Também, está materializada em projeto de extensão desenvolvido na FEBF/UERJ, a saber: “O processo de financeirização do Ensino Superior e as políticas destinadas a pós-graduação brasileira” e é auspiciada por meio do Edital de Auxílio Básico à Pesquisa (APQ1 2023) sob o título: A refuncionalização da educação superior no Brasil: o processo de financeirização na graduação e na pós-graduação.

### **A NOVA CONFIGURAÇÃO DAS IES PRIADAS NO CAPITAL REGIDO PELAS FINANÇAS**

Não é possível compreender a dinâmica da oferta dos cursos de graduação na UNESA sem analisar a YDUQS Participações S.A. Grupo empresarial que controla, além da YDUQS, mais 31 mantenedoras de 69 IES. Todas elas faculdades ou centros universitários. A YDUQS é uma holding, ou seja, uma firma cuja “função consiste em deter investimentos ou créditos de outras firmas, no mesmo ou num terceiro país. (CHESNAIS, 1996, p. 56).

Em linhas gerais, podemos dizer que a ação das *holdings* no Ensino Superior brasileiro materializa o avanço do capital regido pelas finanças. O capital financeiro é o modo próprio da reprodução ampliada do capital, a partir do surgimento do monopólio no fim do século XIX. O capital financeiro é a fusão do capital dos grandes bancos com o capital de grupos monopolistas e industriais (LENIN, 2012, p. 124). Ao longo do desenvolvimento do capital financeiro, podemos verificar que a partir os anos 1970, face a corrosão do modelo de desenvolvimento taylorista-fordista e o dos Acordos de Bretton Woods<sup>1</sup>, a expansão capitalista tem sido regida pelas finanças, ainda que esta dependa da mais-valia produzida pelo capital industrial.

Na prática, como as normas de Bretton Woods dificultavam a aplicação e circulação do capital ocioso, em busca de oportunidades de valorização nas finanças. O Estado abandona o investimento direto, o controle do câmbio e da poupança pública para fomentar mecanismos de geração de capital fictício como: a negociação dos títulos da dívida, a privatização das empresas

---

<sup>1</sup> Acordos estabelecidos na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, na cidade de Bretton Woods (EUA) em julho de 1944. Estes acordos objetivavam criar um ambiente de estabilidade econômica, pleno emprego e livre comércio (MENDES, 2010, p. 97). De modo a superar as condições que levaram a Crise de 1929 e posteriormente a II Guerra Mundial.

XXII ENCONTRO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL De tal modo que o que antes era entendido como obrigação do Estado, ou seja, um direito passa a ser posto como um serviço. Entre os quais a educação pública, básica ou superior.

O tratamento dispensado ao Ensino Superior pelas *holdings* é ditado pelo interesse da valorização imediata dos seus acionistas, que em geral são: bancos públicos ou privados, fundos privados de investimento e fundos de pensão. No caso da YDUQS Participações S.A podemos observar na tabela 1.

**Tabela 1: Principais fundos de investimento privado da YDUQS S.A na B3 (2023)**

Acionistas	Nº de ações	%
BRL Trust Investimentos Ltda.	43.398.873	14%
Yduqs Participações S.A.	18.896.806	6%
Paradice Investment Management LLC	15.944.332	5%
Schroder Investment Management Ltd.	15.450.500	5%
Management Co. LLP	15.250.029	5%
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.	13.616.260	4%
Credit Suisse Hedging-Griffo Wealth Management SA	12.524.600	4%
Canada Pension Plan Investment Board	11.178.000	4%
<b>Vontobel Asset Management AG</b>	<b>10.287.900</b>	<b>3%</b>
Zaher Family	10.172.200	3%
<b>Total</b>	<b>166.719.500</b>	<b>54%</b>

Fonte: Elaborado por Costa (2023) com dados de Marketscreener (2023)

Os dez maiores acionistas listados na tabela, individualmente, na maioria dos casos não controlam 10% do volume de ações. Isso se dá por que o objetivo destes acionistas não é o

XXII ENCONTRO NACIONAL DE CONTROLADORES DE EMPRESAS, mas a obtenção do “rendimento regular e a liquidez permanente do mercado secundário” (LAPYDA, 2023, p. 8). Para fazer valer seus interesses, os investidores institucionais não precisam controlar a empresa, na medida em que a lógica da governança corporativa<sup>2</sup> faz com que os administradores da direção executiva deem a direção mais vantajosa para a valorização das ações.

## **A SUBSUNÇÃO DA UNESA À LÓGICA DO CAPITAL FINANCEIRO**

A transformação da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, originada em 1969 sob a propriedade do jurista João Uchôa Cavalcanti Netto em uma das maiores empresas do Ensino Superior privado ligada YDUQS Participações S.A não está descolada da realidade das demais IES. Foi o ano de 2007 que marcou a transformação das maiores IES mercantis em empresas de capital aberto com ações negociadas na BOVESPA (atual B3). Carvalho (2013, p. 771) caracteriza este movimento da seguinte forma:

Por fim, o movimento mais recente no mercado educacional brasileiro consiste na abertura de capital e na oferta pública de ações (IPOs) de empresas educacionais na BM&FBOVESPA, em 2007, que foram classificadas no “nível 2” de governança corporativa, ou seja, enquadradas naquelas que têm obrigações adicionais relativas aos direitos dos acionistas e do conselho de administração. São elas: Universidade Anhanguera, Universidade Estácio de Sá, Faculdade Pitágoras e o Sistema COC de Educação e Comunicação (educação básica e educação superior). Convertidas em sociedades anônimas, essas instituições tiveram suas razões sociais alteradas para: Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A, Kroton Educacional S.A. e Sistema Educacional Brasileiro S.A. (SEB), respectivamente. Não é por acaso que a composição societária dessas empresas foi alterada pela saída progressiva dos sócios individuais, substituídos por fundos de investimento em renda variável e por outras empresas.

Desde 1974 até 2007, a SESES possuía a natureza jurídica de empresa privada sem fins lucrativos. No ano de 2007, a SESES transformou-se em empresa privada com fins lucrativos e passou a integrar a Estácio Participações S.A, um grupo empresarial de capital aberto que precedeu a atual YDUQS Participações S.A. Quando se constituiu como sociedade anônima de capital aberto, a Estácio Participações S.A era composta por cinco mantenedoras: a SESES (com 47 unidades nos estados do RJ, SP, MG, ES, MS, GO e SC); a STB, mantenedora do Centro Universitário da Bahia; a SESPE, mantenedora da Faculdade Integrada do Recife; a SESCE que era mantenedora da Faculdade Integrada do Ceará e da Faculdade de Medicina de Juazeiro e a SESP que era a mantenedora da Faculdade do Pará. Neste ano, o fundador da

---

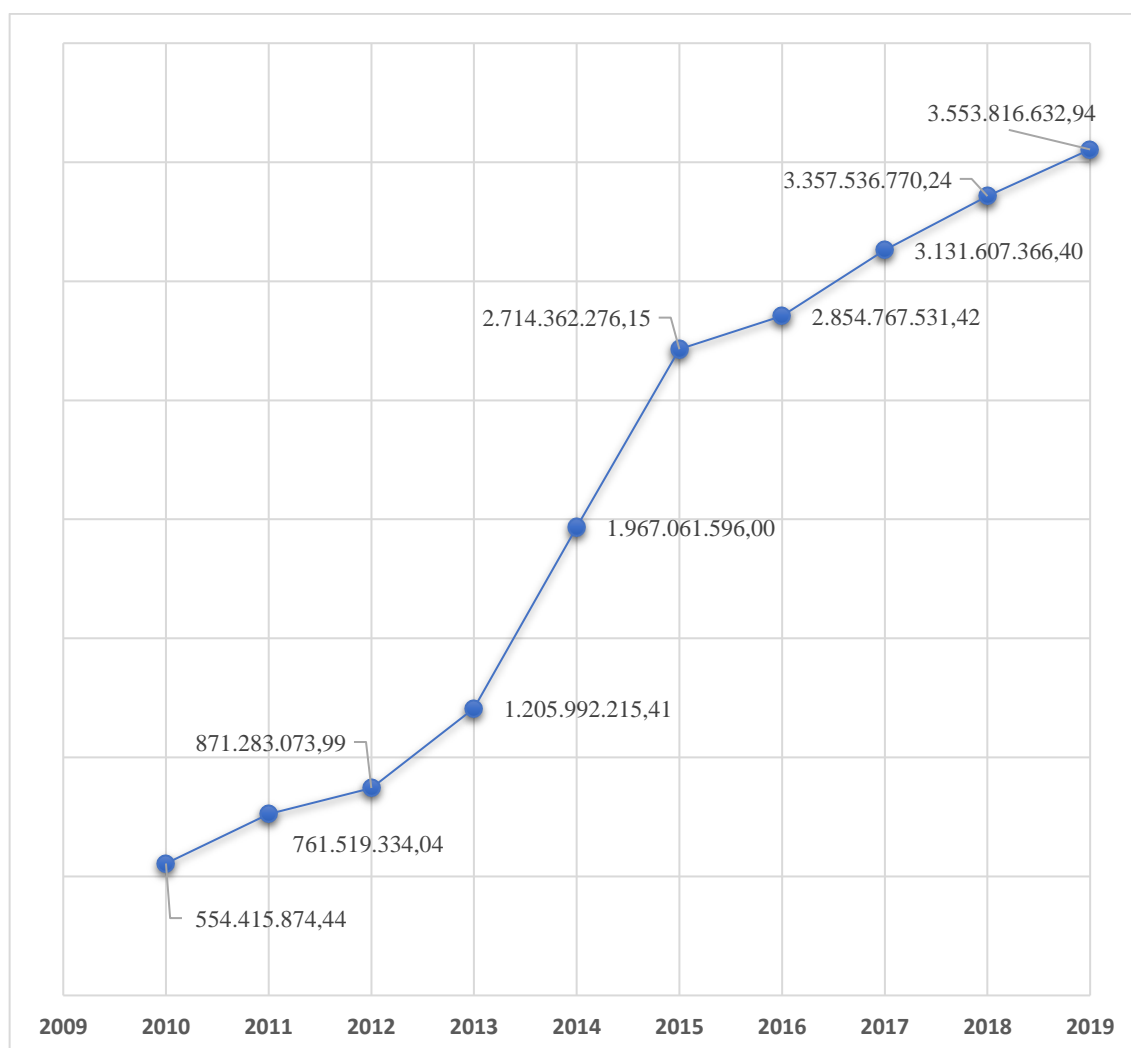
<sup>2</sup>“Conjunto de princípios organizacionais que atrelou as empresas à lógica financeira, subordinando (e cooptando) os administradores aos interesses dos acionistas e às normas de rentabilidade exigida por eles” (LAPYDA, 2023, p. 122).



SESES João Uchôa Cavalcanti Netto detinha 97% das ações da Estácio Participações S.A (ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES, 2007, p. 57).

Quando a SESES passou a ser uma sociedade empresária limitada, integrante da holding Estácio Participações S.A, houve um aumento considerável em sua receita entre os anos de 2010 e 2019 (Gráfico 1). Neste período, o grupo Estácio Participações S.A iniciou um processo de novas aquisições de faculdades e centros universitários por todo o país. Até que em 2019 a Estácio Participações S.A mudou seu nome para YDUQS, de modo a viabilizar novas aquisições em uma estratégia renovada de expansão. De acordo com o presidente da Estácio Participações S.A, Eduardo Parente, a mudança possibilitou a holding a aquisição de novas IES sem a necessidade de mudança da bandeira original das instituições (INFOMONEY, 2019).

**Gráfico 1: Evolução da receita da UNESA (2010 – 2019)**



Fonte: elaborado por Costa (2023) a partir dos Microdados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019).

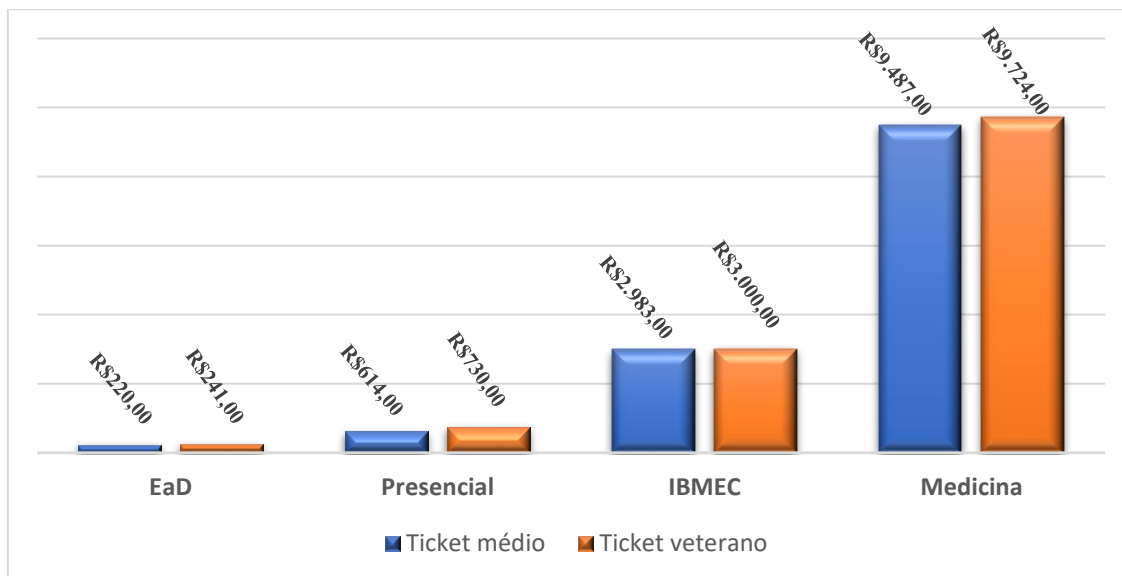
## **EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS E PRECARIZAÇÃO: AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

A transformação na UNESA em uma instituição bilionária não a tornou uma referência em pesquisa. Ao contrário, apesar da sua expansão financeira, a UNESA tem experimentado o maior crescimento em cursos na modalidade EaD. Isso ocorre porque a partir da sua criação em 2019, a YDUQS Participações S.A fragmentou a oferta de vagas no Ensino Superior em três segmentos, ou como a empresa denomina: unidades de negócio. O “Ensino Premium”, o “Ensino Presencial” e o “Ensino Digital”.

O “Ensino Premium” engloba os cursos de medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) da UNESA e os cursos de graduação do Ibmecc. Os cursos de graduação do “Ensino Premium” são todos presenciais e voltados para os estudantes com faixa de renda mais alta, como sugere o nome. O ensino Presencial e Digital é o voltado para as frações mais precarizadas da classe trabalhadora.

A segmentação da oferta de vagas por “unidades de negócio” se alinha a uma estratégia de governança corporativa para a educação onde os produtos educacionais são organizados por faixa de preço ao consumidor, na linguagem do mundo dos negócios, o “ticket médio”. O gráfico 2 nos permite observar o abismo entre os cursos da modalidade EaD e os de medicina. Na prática das IES privadas, o ensino presencial é sonogado aos mais pobres e se limita aos cursos de “ticket” mais alto.

XXII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR **Gráfico 2: Ticket médio dos cursos e graduação por modalidade e segmento - YDUQS (2018)**



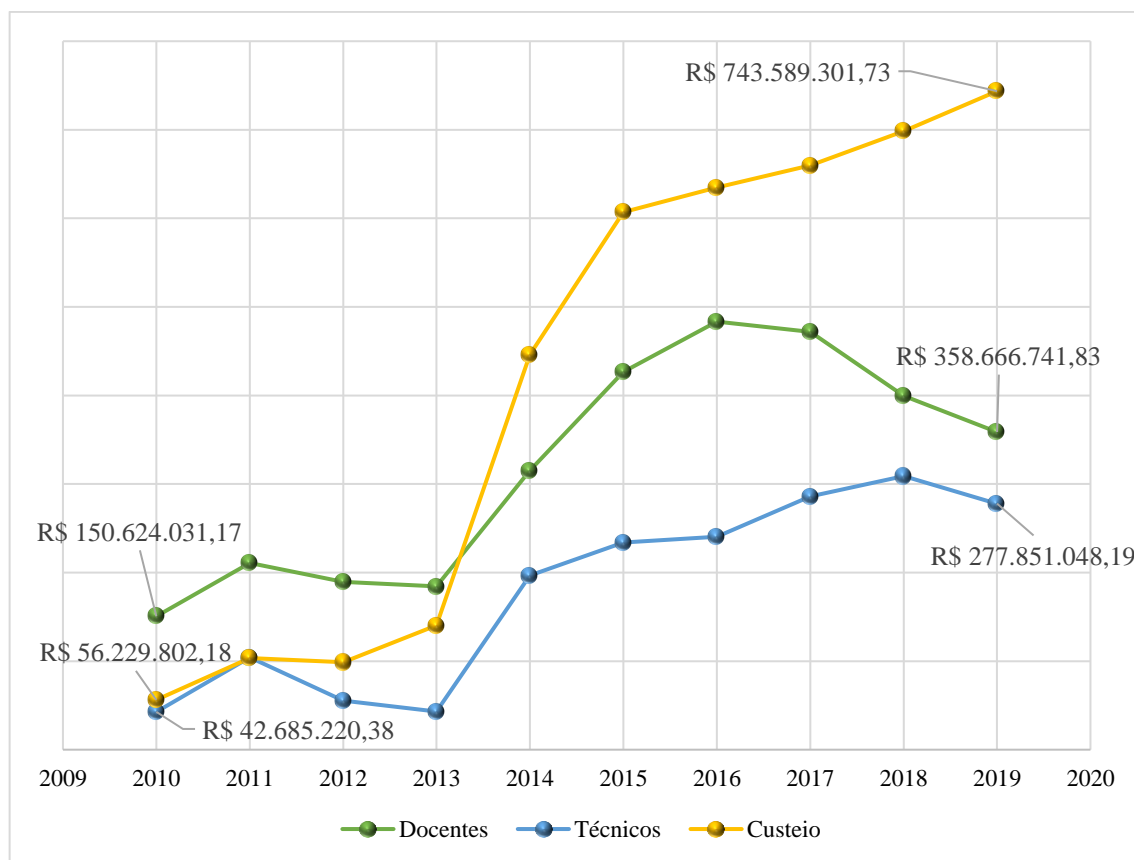
Fonte: Elaborado por Costa (2023) a partir Release de Resultados (YDUQS, 2023).

A ação dos fundos privados de investimento no controle das IES mercantis teve graves consequências para os trabalhadores da educação superior, na medida em que foram impostos padrões renovados de gestão cujo único objetivo, nas palavras de Oliveira, (2017, p. 27):

É reduzir custos agindo nos estritos limites de satisfação das tíbias normas de controle do setor privado existentes no país. “Isso faz com que se amplie a utilização de "tecnologias" como meio de poupança de horas-trabalho dos professores, quer seja com a utilização de educação a distância quanto de trabalhos "livres" ou conduzidos por monitores em salas de informática, ampliando a rotatividade de professores, mantendo sua titulação nos limites mínimos estabelecidos pela legislação, enfim priorizando o lucro em detrimento da qualidade”.

No gráfico 3. observamos a tendência de queda na com despesas com docentes a partir de 2016. As demissões foram resultado da expansão dos cursos na modalidade EaD.

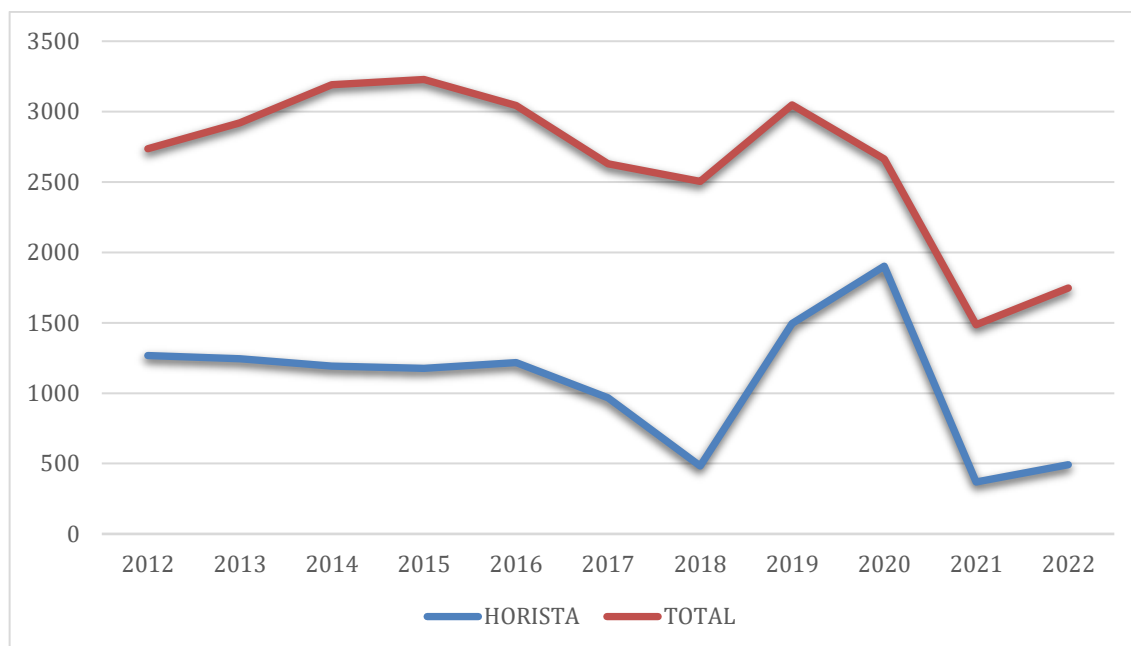
**Gráfico 3: Despesas com Docentes, técnicos e custeio da UNESA (2010-2019)**



Fonte: Elaboração própria com dados do Microdados do Censo da Educação (INEP, 2019).

Quando analisamos a relação entre o total de professores e o número de contrato de trabalho precário por horas, observamos uma tendência geral de redução do número de contratações, ao mesmo tempo em que aumenta a contratação do número de horistas, antes mesmo da pandemia da Covid-19.

**Gráfico 4: Vínculo empregatício dos docentes da UNESA (2012-2022)**



## CONCLUSÃO

A educação brasileira tem vivenciado, nos últimos anos, um radical ato de transformação da sua materialidade em função do processo de financeirização do capital, que vem na esteira do avanço das forças produtivas na busca por novas formas de acumulação. Neste artigo apresentamos dados referentes a uma pesquisa ampliada que faz parte de uma proposta interinstitucional de compreensão do processo de financeirização do Ensino Superior privado mercantil. Analisamos esse processo por meio do materialismo histórico dialético com o objetivo de evidenciar as múltiplas determinações do processo de subsunção de um importante bem social, a educação, pelo capital financeirizado.

No caso do Ensino Superior brasileiro, identificamos um universo amplamente dominado pela iniciativa privada. Universo este que desde os anos 2000 passou por mudanças substantivas com a perspectiva do aumento do lucro por meio de novas formas de organização das empresas proprietárias das IES privadas. Tais mudanças resultaram em perdas significativas nas condições de trabalho para os profissionais de educação destas instituições.

Desta forma, criou-se um gigantesco mercado atrelado à educação superior, onde: o aumento ou diminuição das matrículas, a venda ou incorporação de novas instituições, mudanças nas leis de concessão de bolsas e financiamentos estudantis, demissões e mudanças nos perfis de contratação docente se materializam na movimentação diária de milhões de reais,



XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO em razão das flutuações acionárias das holdings. Na prática o Ensino Superior privado brasileiro vem sendo, cada vez mais, dominado pelo capital financeiro e seus lastros carecem de regulação legal que cerceie o processo de precarização do trabalho docente.

## REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá – São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, I. A. da. **Cursos Superiores de Tecnologia como materialidade do Ensino Superior enxuto e flexível para o trabalho precarizado no Brasil**. Orientador: Rodrigo de Azevedo da Cruz Lamosa. Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. **Prospecto preliminar de oferta pública de distribuição primária e secundária de UNITS de emissão da Estácio Participações**. 2007. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/Download.aspx?Arquivo=2WIVgA8YK3RQkdl2DH8Dg==&IdCanal=BY+Sbn2TGepdP4sEX0ul6A==>. Acesso em: 07/03/2023.

INFOMONEY. **Estácio muda nome da marca para Yduqs e “abre nova fase de crescimento”**. 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/estacio-muda-nome-da-marca-para-yduqs-e-abre-nova-fase-de-crescimento/>. Acesso em: 14/03/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade>. Acesso em: 30 jun. 2022.

LENIN. V I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LAPYDA, I. **Introdução à financeirização**: David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo. 1ª ed. CEFA Editorial, 2023.

MARKETSCREENER. **YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A. 2022**. Disponível em: <https://www.marketscreener.com/quote/stock/YDUQS-PARTICIPACOES-S-A-62465417/news/Yduqs-Participacoes-S-A-BOVESPA-YDUQ3-added-to-Brazil-Valor-BM-FBOVESPA-Index-45649680/>. Acesso em: 10/03/2023.

OLIVEIRA. R. P. de. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: FEPESP; Gilberto Maringoni (org.) *et al* **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. São Paulo: Olho d'Água, 2017.

PARADICE INVESTMENT MANAGEMENT. **Emerging Markets Strategy**. 2023. Disponível em: <https://www.paradice.com/international/strategies/emerging-markets/>. Acesso em: 24/03/2023.





XXII ENCONTRO DE DEBATE SOBRE O BANCO MUNDIAL como ator político, intelectual e financeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHRODERS. Quem somos. 2023. Disponível em: <https://www.schroders.com/pt-br/br/investidores/quem-somos/quem-somos/>. Acesso em 24/03/2023.

SEKI, A K. Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018) / Allan Kenji SEKI; orientador, Olinda Evangelista, 2020.

YDUQS. A YDUQS: quem somos. 2023. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idCanal=U/ccuSh0iht1/mEX/ez1ng==>. Acesso em: 17/03/2023.

YDUQS. Apresentação de resultados: 4º trimestre 2022. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/Download.aspx?Arquivo=zWhUjaIUHtacGVJM4tS+hQ==> Acesso em: 01/04/2023.